

Um grande projeto ambiental

AMAZONINO MENDES

A Amazônia é, com certeza, a temática da discussão do início do milênio. A questão ambiental toma corpo, no mundo, de forma geométrica. A preocupação é a maior possível: sobrevivência. A capacidade de destruição do ser humano é um fenômeno que, atrelado a uma série de variantes insuperáveis, potencializa a insensatez.

Os maiores poluidores do planeta são os países ricos, escravos da indústria do petróleo (e do motor a combustão), que se vêm impotentes ante a perspectiva da desativação de um dos segmentos mais fortes da economia mundial.

Por outro lado, a pobreza, segundo dados já registrados em publicações do Banco Mundial, é um dos maiores agentes poluidores. Esforços feitos por ocasião de conferências internacionais, a exemplo do que ocorreu recentemente em Kioto e no Canadá, tentam salvar alguma coisa, nem que seja pela via da compensação, estatutando para o poluidor a contrapartida da preservação da natureza alhures, no planeta.

O Brasil detém a maior parte da Amazônia. Volta e meia objeto de escândalo e motivo de apreensão entre os povos da Europa, notadamente, é sempre uma razão de descrédito e depreciação para o nosso país. De conseqüência, ações arbitrárias constituem um acervo gigantesco de proibições dentro da Amazônia, que, afinal, são inócuas porque sujeitas à polícia e, quase sempre, incompatíveis dentro da heterogeneidade amazônica.

A política é totalmente equivocada. Ademais, é de se perguntar: como proibir? Como permitir? Como usar?

No meu modesto ponto de vista, aí reside o cerne da questão, tanto mais agravada porque o desconhecimento técnico-científico da região é total. Jamais um estudo globalizado que se fizesse na busca da identificação dentro do seu variado ecossistema, com as informações hídricas, florestais e minerais, que permitisse, a partir de então, um planejamento de ocupação pos-

sível e compatível, ficando mais fácil, aí, o processo fiscalizatório das ações que seriam proibidas.

Trata-se, porém, a região de modo não-profissional, de forma anticientífica e, muitas vezes, com o intuito específico de alavancar recursos para atender a interesses não-confessáveis.

Tais colocações preambulares vêm a propósito de um ângulo que o Brasil e o mundo necessariamente têm que ponderar. Trata-se do maior projeto ambiental do planeta, já comprovado e até então insuspeito e sequer de existência previsível. Refiro-me à Zona Franca de Manaus, sempre olhada e analisada apenas pelo viés econômico, quando agora, na verdade, algo maior e superior, que diz respeito à sobrevivência da própria humanidade, empresta-lhe status de benfeitora da humanidade.

Como?! O leitor pergunta.

Quando de sua instituição, pelos militares, à frente o presidente Castelo Branco, supunha-se que a providência da criação da área de exceção seria indispensável para promover a necessária presença do Estado-Nação e, de conseqüência, de nossa soberania, numa das regiões mais rarefeitas, populacionalmente, do globo. Tiveram o cuidado de incentivar o produto, e não a empresa, com uma notável visão frente à complexa e difícil concessão de incentivos fiscais.

O modelo deu certo, e se ativeram exclusivamente a esse objeto. Não sabiam que, com aquele ato, estavam criando uma grande resposta ao combate ao desflorestamento ou à destruição ambiental na região. A geração de 200 mil empregos diretos no setor da indústria e no setor do comércio, em seus bons tempos, fez com que o brasileiro amazonense, a exemplo do resto da Amazônia, que, à época, todos foram vitimados pelo desaparecimento do extrativismo, base da economia, procurasse a floresta à busca do seu

sustento. E o resultado final, contudo, é que o estado do Amazonas, sede da Zona Franca de Manaus, apresenta um perfil notável de preservação da sua floresta, toda ela dentro do que se compreende por Rain Forest, com mais de 98,2% preservados, ao passo que a Amazônia já apresenta a preocupante cifra de 15% de desmatamento.

Atirou-se no que se viu e matou-se também o que não se viu.

Este artigo tem por objeto chamar à reflexão alguns dados de suma importância: primeiro, a identificação de caminhos para a preservação — este, sem dúvida, se mostrou eficaz e irretorquivelmente comprovado; segundo, a Amazônia

é uma especialidade que não pode ser tratada por impulsos ou casuisticamente, refletindo reclamações esparsas que surgem, sobretudo na imprensa local; terceiro, o Brasil tem que valorizar esta conquista no mundo todo, e a Zona Franca de Manaus tem que ser também olhada por esse prisma, que a diferencia totalmente das demais concessões de incentivos fiscais em todo o país, das quais, a propósito, mais de 67% se encontram na região mais rica da nação, o que poucos bra-

sileiros sabem, formando um gritante paradoxo num país diferenciado economicamente, onde se consolida a miséria na sua maior parte territorial, e se concentra a riqueza em áreas cada vez mais privilegiadas.

A Zona Franca de Manaus, ao contrário, é símbolo no combate a este contraste, enriquece os argumentos internacionais na ação de preservação ambiental, e deve ser olhada como tal pelas nossas Relações Exteriores e assim considerada nos discursos oficiais nos grandes foros do mundo.

AMAZONINO MENDES é governador do Estado do Amazonas.

O Amazonas
apresenta um perfil
notável de
preservação da
sua floresta

INSTITUTO	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	09/08/88 (Princípios)
Data	18/6/2001
Class	147
Pg	7
Documentação	